Retomada da Revisão do Plano Diretor lota auditório em primeira audiência pública



Na noite de **segunda-feira, 5 de maio**, a Prefeitura de Ouro Preto realizou a **primeira audiência pública após a retomada** da Revisão do Plano Diretor. A população ouro-pretana lotou o auditório do Centro de Convenções, com cerca **de 400 pessoas** presentes, a fim de construir uma Ouro Preto mais agradável para todos. O processo está sob a responsabilidade de assessoramento técnico e jurídico da **Fundação Gorceix**, que é também **responsável pela mobilização social no processo**.

O objetivo principal dessa primeira audiência foi **apresentar o plano de trabalho da Revisão**. Durante o evento, a advogada Liana Portilho e a arquiteta e urbanista Ana Schmidt expuseram as diretrizes a serem seguidas, além de argumentarem como serão feitas as revisões e as **etapas do trabalho** a ser desempenhado pela instituição. A Etapa 2 do processo de revisão contemplará a **participação popular por meio de oficinas** que serão realizadas em cada comunidade, para que possam ser debatidos pontos específicos locais. Ainda **são previstas audiências e consultas públicas durante os trabalhos**.

Para o prefeito, Angelo Oswaldo, a retomada da revisão da lei é algo importante para solucionar problemas. "O Plano Diretor não resolve todos os problemas, mas ele **orienta o caminho das soluções**". A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Camila Sardinha, ressaltou que "este processo de revisão legislativa deve ser conduzido, com a ampla participação popular, de **forma democrática e transparente**". Além disso, Camila conta com a participação ativa do Conselho Municipal de Política Urbana (**Compurb**), órgão colegiado legalmente constituído com a finalidade de tratar as questões urbanísticas da cidade, e também com o intuito de formular políticas públicas que se enquadram ao desenvolvimento urbano do município, garantindo, portanto, uma participação democrática nas decisões a serem seguidas.

O representante da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor (Carpd), Eduardo Evangelista, ressalta a necessidade da população ser ouvida, principalmente nos debates sobre a mineração, recursos hídricos e ambientais. Eduardo afirma que todas essas questões precisam estar no Plano Diretor para que se atinjam os objetivos.

Já o presidente da Fundação Gorceix, Cristovam Paes de Oliveira, garantiu que a revisão será um sucesso e que Ouro Preto irá tirar muito proveito da equipe mobilizada pela Fundação.

Sociedade civil e poder público juntos na Revisão

No evento estiveram presentes na mesa principal diversas autoridades, como o chefe do executivo ouro-pretano, Angelo Oswaldo; a vice-prefeita Regina Braga, o presidente da Fundação Gorceix, Cristovam Paes de Oliveira; a pró-reitora de extensão da Ufop, Sandra Maria Antunes Nogueira, representando a reitora Cláudia Aparecida Marliére de Lima; a secretária municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Camila Sardinha Cecconello; o presidente da Câmara de Vereadores, José Geraldo Muniz (Zé do Binga); a promotora de Habitação e Urbanismo do Ministério Público, Camila Costa Garrido Terres; o representante da Comissão de Acompanhamento da Revisão

do Plano Diretor (CARPD), Eduardo Evangelista, o presidente do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPURB), Franklin Evangelista, e o coordenador do Núcleo Gestor da Revisão do Plano Diretor, Anderson José de Castro Agostinho.

Além disso, o evento contou com a participação da população, que possui grande importância na revisão do Plano Diretor. Representantes de movimentos como a Ocupação Chico Rei e a Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP) também estiveram presentes e puderam, ao final da apresentação, expor as questões a serem trabalhadas na revisão.

Planejamento urbano como prioridade da administração municipal

A questão do planejamento urbano e da Revisão do Plano Diretor e leis correlatas são tratadas como prioridade pela atual administração. Uma das ações, por exemplo, foi de uma secretaria exclusiva para conduzir esses assuntos: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, criada em 2022.

Importância do Plano Diretor

Em qualquer cidade que esteja em constante evolução é necessário, a cada 10 anos, atualizar a lei que rege o Plano Diretor para que melhorias sejam feitas para a população a nível de desenvolvimento, para regulamentar e planejar a vida dos habitantes que residem na cidade.

Para a elaboração e reestruturação do Plano Diretor, é essencial que sejam evidenciados os **interesses coletivos**, como proteção ambiental, esporte, saúde, patrimônio cultural, moradia, educação, lazer, cultura, ocupação do solo, saneamento básico, mobilidade e também a segurança. Para isso, a participação dos cidadãos é fundamental e importante para que haja uma discussão assertiva a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida dos que ali residem.

Em Ouro Preto, **esta lei foi implementada em 1996**. Desde o ano de sua implementação até o ano de 2011, as leis passaram por algumas revisões como regulamenta a Constituição Brasileira. Em 2019, na administração municipal anterior, teve início a Revisão Plano Diretor de Ouro Preto, quando foi contratada a Fundação Cristiano Ottoni para fazer as revisões necessárias. Devido à pandemia, o processo, de caráter participativo, precisou ser interrompido, fazendo com que **a revisão legislativa fosse encerrada e inconclusiva.**

Diante da não conclusão, a atual administração optou por romper o contrato com a Fundação Cristiano Ottoni e, a partir de um processo licitatório, foi contratada a Fundação Gorceix. O contrato foi **assinado em 10 de fevereiro de 2023** e, desde então, Prefeitura e Fundação têm trabalhado internamente para realizar a Revisão.

Leis a serem atualizadas

Neste momento, as leis a serem atualizadas são: Plano Diretor; Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Ouro Preto; Lei de Regularização Edilícia de Ouro Preto; Plano Diretor de Mobilidade Urbana; Código de Posturas; e ainda a elaboração do Código de Obras e Edificações e da Lei de Regularização Fundiária de Ouro Preto. A atualização e elaboração das leis acontecerão por etapas, e todo processo será divulgado para a população, para que assim haja a participação coletiva.

Texto: Yasmin Mendes / Revisão: Nízea Coelho